

ATA NÚMERO 203/XIII/3.^a SL

Aos 14 dias do mês de junho de 2018, pelas 17:30 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

17.30

1. **Aprovação da ata n.º 202;**
2. **Discussão e votação do relatório sobre a Conta Geral do Estado;**
Relatora: Mariana Mortágua (BE)
3. **Discussão e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 134/XIII/3.^a (GOV) – “*Procede à primeira alteração à Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, recalendarizando a produção integral de efeitos da Lei de Enquadramento Orçamental*”;**
Autor: Cristóvão Crespo (PSD)
4. **Discussão e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 883/XIII/3.^a (BE) – “*Reforça a autonomia financeira dos municípios e introduz medidas de justiça nos impostos municipais (7.^a alteração ao Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais e 33.^a alteração ao CIMI)*”. Comissão competente: Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação;**
Autor: João Pinho de Almeida (CDS-PP)
5. **Fixação da redação final e de fusão da Proposta de Lei n.º 109/XIII – “*Procede à alteração das regras de comercialização de produtos financeiros e de organização dos intermediários financeiros, e transpõe as Diretivas 2014/65, 2016/1034 e 2017/593*” e dos Projetos de Lei n.º 445/XIII/2.^a (CDS-PP) – “*Procede à alteração do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, adotando medidas restritivas na comercialização de produtos e instrumentos financeiros por parte das instituições de crédito e sociedades financeiras*” e 448/XIII/2.^a (CDS-PP) – “*Procede à alteração do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, impedindo a atribuição de incentivos à comercialização ao retalho de produtos ou instrumentos financeiros específicos e reforçando-se a intervenção do Banco de Portugal nesta matéria*”;**

6. **Escrutínio de iniciativas europeias;**

7. **Designação de autor de parecer ao Projeto de Lei n.º 896/XIII/3.ª (PEV) – “*Torna mais abrangente o regime do IVA de caixa*”;**
Cabe ao GP (PS)

8. **Apreciação do requerimento do CDS-PP sobre “*Novo estudo da UTAO sobre a receita fiscal dos combustíveis*”;**

9. **Discussão e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 806/XIII/3.ª (PCP) – “*Determina a redução de encargos e a reversão de Parcerias Público-Privadas*”;**
Autor: João Paulo Correia (PS)

10. **Discussão e votação indiciária, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 743/XIII/3ª (CDS-PP) – “*Estabelecimento do prazo mínimo de 120 dias para a disponibilização dos formulários digitais da responsabilidade da Autoridade Tributária*”;**

11. **Outros assuntos.**

1. **Aprovação da ata n.º 202**

Este ponto foi adiado para a próxima reunião.

2. **Discussão e votação do relatório sobre a [Conta Geral do Estado](#);**
Relatora: Mariana Mortágua (BE);

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) apresentou o relatório de que foi autora, notando que introduziu algumas alterações propostas na anterior reunião, e considerando que este é um relatório não muito produtivo, mas uma mera formalidade, suscitando a questão de se discutir uma nova metodologia de apreciação da CGE.

O Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS) agradeceu o acolhimento da maioria das suas sugestões, sublinhando algumas. Notando que a mesa já se tinha pronunciado sobre a necessidade de se avaliar a metodologia de apreciação da CGE, assumiu o compromisso, enquanto Vice-Presidente da Comissão, e apelando à Senhora Presidente, de se efetuar uma reavaliação deste processo antes do fim da legislatura. Destacou a importância de analisar criticamente as recomendações do Tribunal de Contas.

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) cumprimentou a relatora e notou que não apresentou sugestões porque concordava com a primeira versão. Considerou estranho que se tivessem retirado algumas conclusões do Conselho Económico e Social e valorizou o aprofundar da matéria das cativações.

O Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) saudou a relatora, concordando com a pouca utilidade do processo, e agradeceu a introdução do quadro sobre cativações.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) agradeceu os contributos de todos e reiterou a disponibilidade do BE para rever este processo.

A Senhora Presidente notou que esta questão já foi discutida e defendeu, novamente, a necessidade de alterar esta metodologia, tendo em vista um procedimento que tenha efetividade e dignidade. Referiu que será agendado um ponto de uma Ordem do Dia próxima para esta questão.

- 3. Discussão e votação do parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 134/XIII/3.ª \(GOV\)](#) – “*Procede à primeira alteração à Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, recalendarizando a produção integral de efeitos da Lei de Enquadramento Orçamental*”;**
Autor: Cristóvão Crespo (PSD)

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) apresentou o parecer de que foi autor. Foi cumprimentado pelo Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS). O parecer foi aprovado por unanimidade.

- 4. Discussão e votação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 883/XIII/3.ª \(BE\)](#) – “*Reforça a autonomia financeira dos municípios e introduz medidas de justiça nos impostos municipais (7.ª alteração ao Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais e 33.ª alteração ao CIMI)*”. Comissão competente: Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação;**
Autor: João Pinho de Almeida (CDS-PP)

O Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) apresentou o parecer de que foi autor. O Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS) cumprimentou o autor do parecer, notando que há uma iniciativa legislativa conexas, da autoria do Governo, e apontando o carácter genérico e sintético do parecer. O Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) sustentou que aprofundar o parecer implicaria uma análise subjetiva, assumindo a opção pela versão mais sintética.

O parecer foi aprovado por unanimidade.

5. Fixação da redação final e de fusão da [Proposta de Lei n.º 109/XIII](#) – “*Procede à alteração das regras de comercialização de produtos financeiros e de organização dos intermediários financeiros, e transpõe as Diretivas 2014/65, 2016/1034 e 2017/593*” e dos Projetos de Lei n.º [445/XIII/2.ª](#) (CDS-PP) – “*Procede à alteração do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, adotando medidas restritivas na comercialização de produtos e instrumentos financeiros por parte das instituições de crédito e sociedades financeiras*” e [448/XIII/2.ª](#) (CDS-PP) – “*Procede à alteração do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, impedindo a atribuição de incentivos à comercialização ao retalho de produtos ou instrumentos financeiros específicos e reforçando-se a intervenção do Banco de Portugal nesta matéria*”;

A redação final foi fixada, nos termos constantes das páginas das iniciativas.

6. Escrutínio de iniciativas europeias;

Nenhum GP suscitou o escrutínio de iniciativas europeias.

7. Designação de autor de parecer ao [Projeto de Lei n.º 896/XIII/3.ª](#) (PEV) – “*Torna mais abrangente o regime do IVA de caixa*”;
Cabe ao GP (PS)

O PS indicou a Senhora Deputada Hortense Martins.

8. Apreciação do [requerimento](#) do CDS-PP sobre “*Novo estudo da UTAO sobre a receita fiscal dos combustíveis*”;

O Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) apresentou o requerimento, sintetizando os argumentos constantes do mesmo. O requerimento foi aprovado por unanimidade.

9. Discussão e votação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 806/XIII/3.ª](#) (PCP) – “*Determina a redução de encargos e a reversão de Parcerias Público-Privadas*”;
Autor: João Paulo Correia (PS)

Este ponto ficou adiado para a próxima reunião.

10. Discussão e votação indiciária, na especialidade, do [Projeto de Lei n.º 743/XIII/3.ª](#) (CDS-PP) – “*Estabelecimento do prazo mínimo de 120 dias para a disponibilização dos formulários digitais da responsabilidade da Autoridade Tributária*”;

Este ponto ficou adiado para a próxima reunião.

11. Outros assuntos.

O Senhor Deputado José Soeiro (BE) apresentou o [requerimento](#) do BE, sobre a audição do Presidente da Comissão de Avaliação Bipartida do Ministério das Finanças, explicitando porque faz sentido, na sua opinião, efetuar esta audição na COFMA, numa lógica sectorial e ministerial.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) declarou não se opor à discussão do requerimento na COFMA.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) pronunciou-se no sentido de não se opor à discussão do requerimento na COFMA nem à própria audição.

A Senhora Presidente informou então que este ponto seria agendado para a próxima reunião.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) solicitou também que se efetuasse nova insistência junto do Governo para ter informações sobre a auditoria à Parvalorem, dado ter conhecimento que essa auditoria já se encontra concluída. A Senhora Presidente referiu que seria realizada nova insistência.

Não havendo outros assuntos a discutir, o Senhor Presidente em exercício deu por encerrada a reunião.

A reunião foi encerrada às 19:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 14 de junho de 2018

A PRESIDENTE

(Teresa Leal Coelho)



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Reunião de 14 de junho de 2018

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Leitão Amaro
António Ventura
Carlos Silva
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Fernando Anastácio
Hortense Martins
Inês Domingos
Jamila Madeira
João Galamba
João Pinho de Almeida
Margarida Balseiro Lopes
Margarida Marques
Mariana Mortágua
Nuno Sá
Paulo Sá
Paulo Trigo Pereira
Ricardo Leão
Sara Madruga da Costa
Teresa Leal Coelho
Jorge Paulo Oliveira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Cecília Meireles
João Paulo Correia